

16 JUN 1991

# Sem maioria, governo corre risco no Congresso

Maciel e Fiúza calculam que Collor conta com o apoio de apenas 35% dos parlamentares

**RAYMUNDO COSTA**

BRASÍLIA — O esforço para impedir a rejeição da Medida Provisória 296 — empreendido pelo ministro da Justiça, Jardim Passarinho, e pelos líderes que apóiam o governo no Congresso — deixou claro que o presidente Fernando Collor não tem maioria para aprovar seus projetos no Legislativo. Só mesmo o intenso trabalho de Passarinho e dos líderes governistas para convencer senadores e deputados da oposição pôde evitar que o Planalto saísse derrotado.

O senador Marco Maciel e o deputado Ricardo Fiúza, ambos do PFL de Pernambuco, disseram ao presidente Collor que o governo só conta com 35% do Congresso. Isto vem atrasando ou impedindo a aprovação de projetos vitais para o presidente. Fiúza citou três casos: o projeto de modernização industrial — pelo qual o País passaria a reconhecer o direito de patentes —, a lei de informática e o acordo sobre os juros atrasados da dívida externa — cuja aprovação está sendo retardada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Sozinho, o governo não consegue aprovar seus projetos. Pode, no entanto, impedir que a oposição o derrote, mas para isso precisa recorrer a parlamentares oposicionistas receptivos. Para evitar que senadores e deputados comparecessem à votação da MP 296, que corrigiu os salários de parte do funcionalismo federal, Collor abriu espaço na sua agenda de segunda-feira para receber parlamentares. Entre eles, os senadores do PMDB Gérson Camata (ES) e Meira Filho (DF), orientados pelo partido a votar contra a chamada admissibilidade, ou aceitação, da medida.

Nos dias seguintes, o líder do PRN na Câmara, Arnaldo Faria de Sá (SP), telefonou pedindo auxílio para os governadores peemedebistas Jader Barbalho, do Pará, Ronaldo Cunha Lima, da Paraíba, e Íris Rezende, de Goiás. Solicitou ajuda também a Ottomar



Luiz Antônio/AE—4/5/91

*Passarinho: trabalho intenso para tentar convencer oposição*

Pinto (PTB), de Roraima, e Hélio Garcia (PRS), de Minas Gerais. Jader e Íris foram receptivos: nove parlamentares das duas bancadas deixaram de comparecer à votação.

Íris já havia avisado que só esperava a confirmação do nome do deputado João Natal (PMDB-GO) para a presidência da Comissão de Constituição e Justiça, além da inclusão de alguns nomes de Goiás na Comissão de Orçamento, para colaborar com os votos de sua bancada, a exemplo do que já fizera no governo Sarney, quando era ministro da Agricultura. Tanto Íris quanto Jader já tinham conseguido o apoio de suas bancadas no Congresso para o Plano Collor, no início do governo.

Apesar das dificuldades que o Planalto tem enfrentado para aprovar seus projetos, alguns parlamentares acham que a situação não é tão ruim assim. De acordo com eles, o problema da base parlamentar está sendo superdimensionado por líderes interessados em conquistar mais espaço no governo. Tais parlamentares como conquistas do governo o acordo em torno dos planos de custeio e benefícios da Previdência e as negociações sobre a lei de informática. Sugerem até que ela acabará saindo mais parecida com o que deseja o presidente do que com o substitutivo apresentado pelo deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), que desagrada ao Planalto.